



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**GABINETE DO DES. MÁRCIO MURILO DA CUNHA RAMOS**

**ACÓRDÃO**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0007113-10.2013.815.0631 – Comarca de Juazeirinho**

**RELATOR:** Tércio Chaves de Moura (Juiz convocado para substituir o Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos)

**APELANTE:** José Diniz Santos

**ADVOGADO:** Rhuan Victor S. Freire

**APELADO:** A Justiça Pública

**APELAÇÃO CRIMINAL – ESTUPRO DE VULNERÁVEL – ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 12.015/2009 – VÍTIMA MENOR DE 14 (QUATORZE) ANOS DE IDADE – CONDENAÇÃO – IRRESIGNAÇÃO – PRETENSA ABSOLVIÇÃO POR INEXISTÊNCIA DE PROVAS – AUTORIA E MATERIALIDADE INCONTESTES – PALAVRA DA VÍTIMA CORROBORADA POR OUTRAS PROVAS – ABSOLVIÇÃO INALCANÇÁVEL – PLEITO DESCLASSIFICATÓRIO – IMPOSSIBILIDADE – ACERTO DO *DECISUM* SINGULAR – DOSIMETRIA – ANÁLISE ESCORREITA – DESPROVIMENTO.**

– De acordo com a jurisprudência pacificada pelos Tribunais Superiores, nos crimes sexuais, a palavra da vítima deve ser analisada com especial atenção, já que, na maioria das vezes, esses crimes são cometidos entre quatro paredes, inexistindo testemunhas ou outros meios de provas capazes de atestar a configuração do delito.

– *In casu*, considerando que a vítima confirmou, tanto em Juízo como na esfera Policial, haver sido forçada a manter relações sexuais com o padastro, e, considerando ainda que houve confissão do réu quanto ao ato sexual, incabível o pleito absolutório pela alegação de inexistência de provas.

– Não há como acolher pedido de diminuição da pena-base fixada quando constatado que o magistrado *a quo* laborou com estrita obediência ao critério trifásico na fixação da reprimenda, observando detidamente os comandos do art. 59 do CP, pois bem analisou as circunstâncias judiciais e procedeu com a correta individualização e motivação da pena corporal. Ademais, na hipótese dos autos, ao final, a pena restou aplicada no mínimo legal.

**VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS** os presentes autos acima identificados.

**ACORDA** a Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, **à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso de apelação**, nos termos do voto do Relator e em harmonia com o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça.

### **RELATÓRIO**

Trata-se de **Apelação Criminal** interposta por **José Diniz Santos** contra a sentença prolatada pelo MM Juiz *Alexandre José Gonçalves Trineto*, da Comarca de Juazeirinho, às fls. 60/63, a qual julgou procedente a denúncia apresentada pelo representante do Ministério Público, **condenando o réu pelo cometimento do crime de estupro – art. 217-A do CP à pena de 08 (oito) anos de reclusão em regime inicialmente fechado**.

Consta da peça póstica (fls. 02/03) que:

*“O procedimento em epígrafe foi instaurado mediante portaria, em 02.08.2013, em virtude de ofício oriundo do Ministério Público, que relata crime de estupro de vulnerável cometido pelo réu.*

*Apurou-se que E. F. DE V., nascida em 12.02.1999, foi obrigada a manter com o denunciado relações sexuais, quando ela tinha apenas doze anos.*

*O acusado foi casado com a mãe da vítima durante nove anos e, neste período, manteve relações sexuais com a menor algumas vezes.*

*E. escondeu os fatos delituosos em virtude das ameaças feitas pelo denunciado.*

*A mãe da vítima e JOSÉ DINIZ se separaram e, após a separação, a vítima relatou os abusos sofridos e procurou o Conselho Tutelar no dia 03 de julho de 2013.*

*Ouvido em sede policial, o acusado confessou a prática delitiva.*

*Por assim ter agido, praticou o denunciado o delito tipificado no artigo 217-A do Código Penal”.*

Nas razões recursais de fls. 69/83, o apelante pugna pelo direito de recorrer em liberdade em respeito ao princípio da presunção de inocência, pleiteando: 1) a sua absolvição pela não comprovação de sua autoria, pela fragilidade do acervo probatório e em razão do princípio do *in dubio pro reo*; 2) superado o pedido anterior, pretende a desclassificação do delito para a contravenção penal do art. 61 do Decreto-Lei nº 3.688/41 ou para o delito de satisfação de lascívia mediante a presença de criança ou adolescente (art. 218-A do CP); 3) em não sendo atendido, pede a condenação pelo art. 217-A apenas na forma tentada, aplicando-se, em consequência, a diminuição da pena em 2/3 e deferindo o regime semiaberto; 4) por último, a redução da pena-base para 08 (oito) anos, pois militam a favor do recorrente as seguintes circunstâncias: réu primário, bons antecedentes, residência fixa e personalidade não voltada para o crime.

Em contrarrazões, o representante do Ministério Público no primeiro grau rebate os argumentos defensivos e pugna pela manutenção do *decisum* recorrido (fls. 96/101).

A Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra do Promotor de Justiça convocado *Amadeus Lopes Ferreira*, entendendo infundadas as justificativas da defesa,

manifestou-se pelo desprovimento do apelo (fls. 106/112).

**É o relatório.**

**VOTO: EXMO. JUIZ CONVOCADO TERCIO CHAVES DE MOURA**

Conheço do recurso, porque presentes os pressupostos para a sua admissão.

Como relatado, o apelante restou condenado à **pena de 08 (oito) anos de reclusão** pela prática de estupro de vulnerável **por haver mantido relações sexuais com sua enteada à época dos fatos, quando esta contava com apenas 12 (doze) anos de idade.** Eis o tipo penal, *in verbis*:

**Estupro de vulnerável**

Art. 217-A. **Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:** (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pena – **reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos** (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Pois Bem. Inicialmente, urge esclarecer que o réu respondeu ao processo criminal em liberdade e, apenas na sentença condenatória, o magistrado determinou a expedição do mandado de prisão, negando-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Ora, **o fato de o réu ter passado a instrução processual solto, não impede o magistrado de decretar a custódia cautelar, desde que estejam presentes os requisitos autorizadores da medida. In casu, verifica-se que o Juiz a quo determinou a prisão preventiva em razão da gravidade do delito cometido, após analisar as peculiaridades do caso concreto e entender pela condenação, bem como por haver sido condenado ao cumprimento de pena em regime fechado.**

Como bem pontuou o representante ministerial, em seu parecer, de acordo com entendimento jurisprudencial, não há coação na negativa de recorrer em liberdade quando demonstrado, com base em fatores concretos, a imprescindibilidade da custódia para acautelar o meio social, diante da reprovabilidade efetivada conduta imputada ao recorrente.

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. **DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO INDEFERITÓRIA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.** PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO. ORDEM DENEGADA. 1- A partir do momento em que o magistrado a quo apreciar o processo e verificar pelas provas acostadas aos autos que a condenação é a aplicação correta e justa da Lei, condenará o réu e a partir daí, presumindo a culpa deste, pode decretar a prisão de quem esteve solto no curso do processo ou determinar a manutenção, caso o réu tenha permanecido preso. 2- **o fato do acusado ter passado a instrução processual solto, não obsta ter sua custódia cautelar decretada na sentença penal condenatória, desde que fundamentada e presentes qualquer dos requisitos do art. 312.** 3. No caso em análise, foi decretada a preventiva para garantia da ordem pública e aplicação da Lei penal, tendo em vista a gravidade do delito e o risco de fuga presentes. 4. Condições subjetivas favoráveis não são suficientes para garantir o direito de recorrer em liberdade. Súmula nº 86 do TJPE. 5. Ordem denegada. Decisão por maioria de votos. (TJPE; HC 0002519-41.2016.8.17.0000; Primeira Câmara Criminal; Rel. Des. José Viana Ulisses Filho;

Destarte, embora a regra seja a liberdade para recorrer, no caso concreto, estão justificados os motivos da segregação, porquanto presentes os requisitos do art. 312 do CPP, não socorrendo ao réu o direito pleiteado.

**Quanto ao mérito**, cumpre ressaltar que a instrução ofereceu elementos aptos à prolação da sentença condenatória, podendo-se constatar de forma indubitável a materialidade e a autoria do delito de estupro.

Não obstante a irresignação defensiva, a autoria e a materialidade do crime ressaem indubitáveis das provas dos autos, como bem analisado pelo Juiz *a quo* na sentença recorrida.

Infere-se dos autos que *E. F. de V.* foi obrigada a manter relações sexuais com o acusado José Diniz Santos quando tinha apenas 12 (doze) anos. O réu conviveu com a mãe da vítima durante 9 (nove) anos e, após a separação, é que a filha lhe contou que o padastro havia abusado sexualmente dela por algumas vezes.

**A autoria do crime é fato inconteste nos autos, posto que a vítima afirmou que foi forçada a praticar conjunção carnal com o acusado quando moravam todos na mesma casa (vítima, irmão, mãe e padastro) e tinha 12 (doze) anos de idade na primeira vez, e o próprio réu, em juízo (interrogatório – mídia de fls. 42), confessou haver mantido relações sexuais com a enteada, apesar de alegar que tudo ocorreu com o consentimento dela e que era ela que sempre o provocava. Fato este, inclusive, irrelevante para a condenação, haja vista tratar-se de delito de violência presumida, já que a vítima era menor de 14 (quatorze) anos de idade na época do fato, não sendo relevante para o cometimento do delito o consentimento ou não da vítima, bem como se a vítima já tinha vida sexual ativa ou não. O réu afirmou, ainda, que, quando se separou da mãe da vítima (Ana Maria), *E. F. De V.* era de menor.**

**Vejamos as declarações da ofendida (mídia de fls. 42):**

*“que na primeira vez que o acusado a constrangeu a manter relações sexuais a declarante tinha 12 anos de idade e ocorreu no dia em que sua mãe saiu de casa... disse que era virgem, tendo ocorrido a relação sexual completa, contudo não houve sangramento, posto que a declarante tem hímen complacente, cuja informação obteve junto a seus professores, porém sentiu muitas dores. Disse que o acusado a ameaçou dizendo “se você contar a sua mãe, você vai ver”. Disse que contou o fato a sua genitora somente após esta ter se separado do acusado, tendo contado aos conselheiros tutelares. Disse que quando o acusado a constrangeu a manter relações sexuais, usando de força para segurar suas mãos, afirmando ainda que o fato ocorreu sem o seu consentimento”.*

Outrossim, ressalte-se que, em se tratando de crimes sexuais, os quais na grande maioria dos casos são cometidos entre quatro paredes, na clandestinidade, **a palavra da vítima ganha relevante importância para o deslinde da causa.** Nesse sentido, destaca-se a jurisprudência pátria:

**INSUFICIÊNCIA DE PROVAS PARA A CONDENAÇÃO.  
NECESSIDADE DE REAPRECIÇÃO DE MATÉRIA FÁTICO-**

**PROBATÓRIA. DEPOIMENTO DA VÍTIMA E PROVA TESTEMUNHAL APTA A EMBASAR A CONDENAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.** 1. Constata-se que a competência foi definida pela Corte de origem, por meio de resolução editada em sessão plenária, expressamente autorizada pela lei de organização judiciária, não se verificando, qualquer ilegalidade ou ofensa à Constituição Federal, consoante as normas do art. 96, inciso II, alínea "d", e art. 125, caput e § 1º, da Carta Magna, não se podendo falar em incompetência da Vara da Infância e Juventude para apreciar os delitos que envolvam a prática de crimes contra menores 2. Esta Corte Superior tem o entendimento jurisprudencial no sentido de que nos crimes sexuais, a palavra da vítima, desde que coerente com as demais provas dos autos, tem relevância como elemento de convicção, sobretudo porque, em grande parte dos casos, tais delitos são perpetrados às escondidas e podem não deixar vestígios. 3. Agravo regimental não provido. (STJ, AgRg no AREsp 312.577/RN, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 03/02/2014)

Portanto, o pleito absolutório deve ser desprovido, não existindo dúvidas quanto ao enquadramento do réu no delito do art. 217-A.

Não há que se cogitar, também, sobre qualquer possibilidade de **desclassificação do delito** tipificado no art. 217-A para a contravenção penal do art. 61 do Decreto-Lei nº 3.688/41 ou para o delito de satisfação de lascívia mediante a presença de criança ou adolescente (art. 218-A do CP), ou ainda, para a figura de delito tentado.

Eis as redações:

**Art. 61. Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo.**

Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

**Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:**

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

**Ora, os fatos narrados na denúncia foram comprovados durante a instrução, precisamente pelas palavras da vítima, que foram coerentes em ambos os depoimentos, como também pelas declarações do réu, que confessou ter praticado relação sexual com a vítima.**

**Portanto, indubitavelmente, os fatos se deram dentro da casa da vítima e padastro, bem como restou comprovado que houve conjunção carnal, portanto devidamente condenado o réu nas penas do art. 217-A, não cabimento acolhimento do pleito desclassificatório. Igualmente, não há que se falar em crime na forma tentada, haja vista a comprovação da consumação do delito de estupro, nos moldes já expostos neste voto.**

**Por fim, pretende o apelante a diminuição da reprimenda, ao argumento de que a pena-base deveria ser aplicada no mínimo legal.**

**Na hipótese concreta, apesar de a pena mínima não haver sido aplicada no mínimo, ante a presença justificada de circunstâncias judiciais valoradas negativamente, após a consideração da confissão do réu, a pena definitiva foi aplicada no**

**mínimo legal – 08 (oito) anos de reclusão – tornando-se incabível o pleito do recorrente, já que não há mais que se falar em qualquer diminuição, considerando o entendimento já consolidado na Súmula 231 do STJ: “*A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir a redução da pena abaixo do mínimo legal*”.**

Bem como, restaram justificados na sentença a fixação do regime inicial de cumprimento de pena fechado, e a não substituição por penas restritivas de direito.

**Ante o exposto**, em harmonia com o parecer ministerial, **NEGO PROVIMENTO ao recurso**, mantendo inalterados os demais termos da sentença prolatada em primeira instância.

**Considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido de ser possível a execução provisória da pena após a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça (STF, HC 126.292), expeça-se mandado de prisão e aguarde-se a captura do réu para expedição da guia de execução provisória.**

**É como voto.**

Presidiu o julgamento, com voto, o Exmo. Des. Joás de Brito Pereira Filho (com jurisdição limitada), Presidente do Tribunal de Justiça e revisor, participando ainda **Tércio Chaves de Moura (Juiz de Direito convocado para substituir o Exmo. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos), relator**, e o Exmo. Des. João Benedito da Silva. Ausentes justificadamente os Desembargadores Luiz Sílvio Ramalho Júnior, Márcio Murilo da Cunha Ramos e Aluizio Bezerra Filho (Juiz de Direito convocado para substituir o Exmo. Sr. Des. Arnóbio Alves Teodósio).

Presente à sessão o Excelentíssimo Senhor Amadeus Lopes Ferreira, Promotor de Justiça convocado.

Sala de Sessões da Câmara Criminal “Des. Manoel Taigy de Queiroz Mello Filho” do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 23 de fevereiro de 2017.

***Juiz convocado Tércio Chaves de Moura***  
***Relator***